

Alayde Maria Pinto Digiovanni

Universidade Estadual do Centro-oeste; Universidade de São Paulo, Brasil.

Parâmetros Curriculares Nacionais: a aplicação no Brasil das políticas neoliberais da década de 1990

As políticas educacionais no Brasil têm influência dos organismos internacionais desde o período da ditadura militar, se estabelece uma série de convênios de assistência técnica e cooperação financeira, na década de 1960, com o Ministério da Educação (MEC). Na década de 1990, por intermédio principalmente do Fundo Monetário Internacional (FMI), as propostas da economia neoliberal vêm atreladas a encaminhamentos para o desenvolvimento dos países que colocam a educação como a redentora dos problemas sociais com um fortalecimento da pedagogia da prática. Em 1991, foi lançado o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade que pressupunha a aquisição de competitividade por intermédio da educação para colocar o país em desenvolvimento. Neste período destacava-se a necessidade de uma revolução educacional, ocorrendo um fortalecimento do ensino privado em detrimento do ensino público em todos os níveis. No Brasil, o relatório Delors teve sua publicação em 1998 com uma apresentação do então Ministro da Educação Paulo Renato Souza, que ressaltava a importância desse documento para o cumprimento da tarefa que o MEC teria: a de repensar a educação no país. A mesma orientação contida no relatório vem traduzida para a educação brasileira, em 1997, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais que serviriam de referência para a elaboração dos currículos de todas as escolas brasileiras de Educação Básica, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Superior. A Educação Básica e Superior no Brasil passaram a se orientar por uma educação que promove em seus alunos competências e habilidades do ideário neoliberal disseminado por diferentes tendências pedagógicas. O objetivo deste trabalho é analisar os conteúdos dos Parâmetros Curriculares Nacionais e sua relação com o relatório Delors e as orientações do FMI. Destacando a concepção de desenvolvimento humano e aprendizagem contida nestes documentos que nortearam a elaboração de propostas curriculares as práticas pedagógicas. Conclui-se com esta análise que os documentos analisados contém aproximações e contemplam o ideário neoliberal proposto à época pelos organismos internacionais. A concepção de desenvolvimento humano e aprendizagem parte das premissas biologizantes e individualistas. Tais propostas promoveram uma precarização do ensino e o esvaziamento dos conteúdos curriculares, o professor passou a ser compreendido como um facilitador do ensino e o aluno é tomado como o centro do processo. As políticas públicas desenvolvidas nesta perspectiva favoreceram a educação privada que se ampliou significativamente no país. O Brasil universalizou as matrículas no Ensino Fundamental atingindo um percentual de aproximadamente 98% de matrículas nesta faixa etária. Porém, ao se observar o índice de concluintes, percebe-se que entre 1997 e 2002 o índice de conclusão do Ensino Fundamental aos 15 anos passou de 21,1% para 37,3%, índice muito abaixo do adequado (INEP, 1997/2002). Em relação ao Ensino Médio, os dados demonstram que não houve avanços nas décadas de 1980 e 1990, pois a maioria dos jovens de 15 a 18 anos estava fora do Ensino Médio. Os dados das séries históricas do INEP, por sua vez, demonstram que apenas uma minoria concluía o Ensino Médio nos primeiros anos do século XXI.